

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E
DOS RECURSOS HUMANOS**

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2017



Agente Penitenciário – Nível I

TIPO 1

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

01

“Os órgãos da Administração Pública podem apresentar diversos tipos de estrutura organizacional. As organizações lineares são caracterizadas pela formação piramidal ou verticalizada, na qual é evidenciada a clara hierarquização entre as linhas estruturais. São também marcadas pela centralização das tomadas de decisões.” A afirmativa anterior é:

- A) Verdadeira, sendo clássicos exemplos desta estruturação organizacional as antigas entidades religiosas medievais.
- B) Verdadeira, podendo dar-se como exemplo deste modelo a estruturação departamentalizada em razão da função.
- C) Falsa, tendo em vista que as organizações lineares são caracterizadas pela consideração da especialização funcional, de acordo com a área de atuação.
- D) Falsa, uma vez que no modelo linear há posição de assessoria para atender aos departamentos de linha básicos, primando por uma forma mais eficaz de se alcançar os objetivos da organização.

02

Segundo José dos Santos Carvalho Filho, a “Administração Direta é o conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado”. Em relação à desconcentração, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O órgão apenas integra a pessoa jurídica como parte do círculo interno, sendo ente despersonalizado, incumbido de funções determinadas.
- B) A repartição das funções entre os órgãos públicos pertencentes a uma única pessoa jurídica afasta a vinculação hierárquica em relação a esta.
- C) A Constituição de 1988 elencou, dentre as reservas legais (Art. 48, XI), a exigência de lei formal para a criação e a extinção de órgãos e ministérios da União.
- D) É dispensada a edição de lei para a transformação ou a reengenharia de órgãos públicos por ato privativo do Chefe do Executivo, quando estes fatos administrativos configurarem mero processo de organização da administração pública.

03

“O dever de licitar decorre de norma constitucional segundo a qual as obras, os serviços, as compras e as alienações devem ser contratados mediante processo licitatório público, ressalvados os casos especificados em lei.” Sobre o processo de licitação, assinale a alternativa correta.

- A) O objeto imediato do processo de licitação é aquilo que a Administração pretende contratar.
- B) Não se submetem ao princípio da obrigatoriedade da licitação as fundações públicas e governamentais.
- C) A Constituição Federal não se preocupou em assegurar as condições efetivas da proposta ao estabelecer as normas quanto ao processo licitatório.
- D) O intuito do processo licitatório é assegurar a isonomia entre os concorrentes, a seleção da proposta mais vantajosa e a promoção do desenvolvimento sustentável.

04

A respeito da temática de gestão de contratos, analise as afirmativas a seguir.

- I. É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.
- II. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.
- III. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- IV. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

14

Nos termos da Constituição Federal, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. São proteções constitucionais à criança e ao adolescente, **EXCETO**:

- A) Idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, permitida a jornada noturna, mas vedado o trabalho perigoso ou insalubre aos menores.
- B) Obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.
- C) Garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.
- D) Estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

15

A respeito da temática dos direitos e garantias fundamentais, analise as afirmativas a seguir.

- I. O *habeas corpus* pode ser formulado sem advogado, não tendo de obedecer a formalidades processuais ou instrumentais, sendo, por força do Art. 5.º, LXXVII, da Constituição Federal, gratuita.
- II. A segurança pública é não apenas dever do Estado, como também direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- III. A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

DIREITO PENAL

16

Majoritariamente entende-se que, de acordo com o conceito analítico, crime é um:

- A) Fato típico e antijurídico.
- B) Fato antijurídico e culpável.
- C) Fato típico, antijurídico e culpável.
- D) Fato típico, antijurídico, culpável e punível.

17

Ensina a doutrina que na relação entre a tipicidade e a ilicitude a existência do fato típico gera uma presunção relativa de que também é ilícito. Esta teoria, adotada pelo Código Penal e pela doutrina majoritária brasileira, é chamada de teoria:

- A) Da autonomia.
- B) Da indiciabilidade.
- C) Da absoluta dependência.
- D) Dos elementos negativos do tipo.

18

Sobre as causas excludentes da ilicitude, analise as afirmativas a seguir.

- I. Quando se fala em estado de necessidade, o Código Penal adotou a teoria diferenciadora, pois, embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito quando ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.
- II. Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- III. Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

19

Sobre o Concurso de Pessoas estabelece o Código Penal que quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto à metade.
- B) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- C) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- D) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

20

A teoria que aponta e evidencia a parcela de responsabilidade que deve ser atribuída à sociedade quando da prática de determinadas infrações penais pelos seus cidadãos é chamada de teoria:

- A) Da coculpabilidade.
- B) Psicológica normativa.
- C) Social da culpabilidade.
- D) Psicológica da culpabilidade.

21

O crime de peculato tem a seguinte descrição típica: “apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio”. Quanto ao sujeito ativo ele pode ser classificado como um crime:

- A) Próprio.
- B) Impróprio.
- C) Plurissubjetivo.
- D) De mão própria.

22

Considerando os tipos penais descritos no Estatuto do Desarmamento – Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, assinale a alternativa que contenha uma descrição típica INCORRETA.

- A) Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime.
- B) Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de vinte e um anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade.
- C) Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
- D) Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa.

23

“Nos processos por crimes de tráfico de drogas, oferecida a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de _____ dias.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) 5
- B) 10
- C) 15
- D) 30

24

Os crimes hediondos são suscetíveis de:

- A) Fiança.
- B) Anistia.
- C) Indulto.
- D) Liberdade provisória.

25

NÃO é considerado hediondo ou equiparado o crime de:

- A) Latrocínio.
- B) Corrupção ativa.
- C) Estupro de vulnerável.
- D) Epidemia com resultado morte.

26

Nos termos expressos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo encontra amparo no(a):

- A) Prescindibilidade de proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.
- B) Reconhecimento de que todos os países signatários abominam a pena de morte.
- C) Poder soberano dos países signatários da declaração universal dos direitos humanos.
- D) Dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis.

27

A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. A interpretação dessa norma, em face da Constituição brasileira, permite afirmar que

- A) é constitucional a atribuição supervalorizada de pontos na prova de títulos em concurso público.
- B) as ações afirmativas que estabelecem cotas em concurso são repudiadas na jurisprudência pátria.
- C) os direitos fundamentais têm caráter absoluto, mesmo em face do princípio de convivência das liberdades.
- D) o direito à saúde é direito de todos e representa consequência constitucional indissociável do direito à vida.

28

A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa. A interpretação dessa norma, em face da Constituição brasileira, permite afirmar que

- A) é vedada a prisão de qualquer cidadão antes do trânsito em julgado da ação condenatória penal.
- B) ninguém pode ser investigado, denunciado ou condenado com base, unicamente, em provas ilícitas.
- C) a ampla defesa deve ser interpretada de modo restrito, pois não alcança as fases recursais no processo.
- D) o fato de o réu estar sendo processado por outros crimes é suficiente para condená-lo nos demais processos.

29

Conforme expressa previsão na Declaração Universal dos Direitos Humanos, ninguém

- A) será submetido à tortura.
- B) será preso, detido ou exilado.
- C) pode mudar de nacionalidade.
- D) pode reunir-se sem autorização.

30

Quanto à Declaração Universal dos Direitos Humanos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.
- II. Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.
- III. Todo ser humano tem o direito de fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.

31

Quanto aos Direitos Fundamentais, na visão do ordenamento jurídico constitucional brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

- I. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- II. Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- III. A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a de trabalhos forçados.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) I e III.

37

Nos termos da Constituição Federal de 1988, a pena de banimento

- A) é vedada no Brasil. C) aplica-se aos crimes hediondos.
B) equivale à perda de bens. D) depende de regulamentação em lei.

38

São Regras de Mandela, EXCETO:

- A) Deverá existir um sistema padronizado de gerenciamento dos registros dos presos em todos os locais de encarceramento.
B) Indivíduos presos por dívidas, ou outros presos civis, devem ser mantidos separados dos indivíduos presos por infrações criminais.
C) O regime prisional deve acentuar as diferenças entre a vida no cárcere e aquela em liberdade visando a reduzir a responsabilidade dos presos ou o respeito à sua dignidade como seres humanos.
D) As administrações prisionais devem fazer todos os ajustes possíveis para garantir que os presos portadores de deficiências físicas, mentais ou outra incapacidade tenham acesso completo e efetivo à vida prisional em base de igualdade.

39

Em relação às Regras de Mandela, analise as afirmativas a seguir.

- I. Todo preso que não trabalhar a céu aberto deve ter pelo menos uma hora diária de exercícios ao ar livre, se o clima permitir.
II. As administrações prisionais devem assegurar a proporcionalidade entre a sanção disciplinar e a infração para a qual foi estabelecida e devem manter registros apropriados de todas as sanções disciplinares impostas.
III. Os presos devem ter acesso aos documentos relacionados aos seus processos judiciais e serem autorizados a mantê-los consigo, sem que a administração prisional tenha acesso a estes.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, II e III. B) I, apenas. C) III, apenas. D) I e III, apenas.

40

Acerca das Regras de Mandela, analise as afirmativas a seguir.

- I. Toda unidade prisional deve ter uma biblioteca para uso de todas as categorias de presos, adequadamente provida de livros de lazer e de instrução, e os presos devem ser incentivados a fazer uso dela.
II. Todo preso deve ter o direito de atender às necessidades de sua vida religiosa, participando de celebrações realizadas nas unidades prisionais e mantendo consigo livros de prática e de ensino de sua confissão.
III. Se um preso trouxer quaisquer drogas ou medicamentos, o médico ou outro profissional da saúde farão imediata apreensão e incineração do material apreendido.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I. B) III. C) I e II. D) I e III.

REGIME JURÍDICO, ESTATUTO DOS SERVIDORES DO RN E ESTATUTO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DO RN

41

A Lei Complementar nº 566, de 19 de janeiro de 2016, dispõe sobre o Estatuto da Carreira de Agente Penitenciário do Rio Grande do Norte e disciplina a respeito dos diversos aspectos que envolvem o cargo, tais como competência, princípios básicos, regime jurídico, entre outros. A respeito dos termos de tal Estatuto, considere a afirmativa a seguir:

“O Sistema Penitenciário Estadual integra o _____ auxiliando os Órgãos de Segurança Pública do Estado e reger-se-á segundo princípios institucionais tais como a hierarquia funcional e _____, bem como o respeito à dignidade e aos direitos da pessoa humana.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) Sistema de Execução Penal / disciplina C) Sistema de Justiça e Cidadania / rigidez
B) Sistema de Execução Penal / autonomia D) Sistema de Justiça e Cidadania / reintegração

42

Se realizada uma análise comparativa dos textos das legislações em vigor, verifica-se que alguns institutos jurídicos ganharam determinações legais específicas após o advento do Estatuto dos Agentes Penitenciários, embora disciplinados também no Estatuto dos Servidores do Estado de 1994. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar que:

- A) Ambas as previsões legais disciplinam que a reversão efetiva-se no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.
- B) Ambos os Estatutos informam que, no caso de recondução, encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor é aproveitado em outro.
- C) Ambos os diplomas informam que, no caso de reversão, encontrando-se provido o cargo, o servidor exerce suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.
- D) Enquanto o Estatuto dos Servidores informa que não pode reverter o servidor aposentado que já tiver completado setenta anos de idade, o Estatuto dos Agentes Penitenciários determina que isso não pode ocorrer se o aposentado já tiver completado sessenta e cinco anos.

43

Quando da edição da Lei Complementar nº 566, de 19 de janeiro de 2016, o legislador previu em seção específica os critérios de hierarquização nos níveis dos ocupantes do cargo de Agente Penitenciário denominado enquadramento. Acerca do tema, analise as afirmativas a seguir, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () É atribuição da Comissão de Enquadramento revisar o processo de enquadramento, quando requerido pelo servidor.
- () Não é considerado como de efetivo exercício no cargo, para efeito de hierarquização, o tempo relativo a cessão a outros órgãos.
- () O servidor tem o prazo de cento e oitenta dias, contado da data da publicação do resultado, para recorrer da decisão que promoveu o seu enquadramento.
- () A hierarquização nos níveis dar-se-á inicialmente apenas pelo cômputo de tempo de serviço público, desempenhado em cargos de quaisquer órgãos integrantes do Executivo Estadual.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, F.
- B) F, V, V, F.
- C) F, F, V, V.
- D) V, F, V, F.

44

NÃO é uma característica do trabalho desempenhado pelo Agente Penitenciário:

- A) O exercício em regime de dedicação exclusiva.
- B) O caráter eminentemente técnico e generalista.
- C) O estresse decorrente da atuação em administração de crises.
- D) O contato físico recorrente e intenso com pessoas que possam transmitir doenças contagiosas.

45

“O servidor Justiniano é agente penitenciário e sempre busca desenvolver-se na carreira e atingir níveis de vencimento mais altos.” Analise a seguir as situações hipotéticas a respeito de determinadas condutas de Justiniano no exercício do cargo e os respectivos reflexos em sua progressão funcional.

- I. Não atingiu a pontuação mínima na avaliação de desempenho, fator impeditivo à progressão funcional.
- II. Realizou um curso de aprimoramento funcional com carga horária de vinte horas e, por isso, tem direito à progressão funcional.
- III. Movimentou-se de um nível para o seguinte há um ano, o que o torna apto a nova progressão funcional em razão do interstício de tempo verificado.

Conforme o Estatuto dos Agentes Penitenciários, está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) I e II.

46

Com relação ao regime disciplinar aplicável ao agente penitenciário, haverá prescrição de faltas sujeitas à advertência, suspensão e demissão e, por conseguinte, extinção da punibilidade, respectivamente nos seguintes prazos:

- A) 180 dias, 2 anos e 5 anos.
- B) 180 dias, 3 anos e 10 anos.
- C) 240 dias, 2 anos e 5 anos.
- D) 240 dias, 3 anos e 10 anos.

47

“A remoção é o deslocamento do agente penitenciário para outro setor ou unidade de trabalho, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, nas formas previstas em lei. Em uma das hipóteses possíveis, por exemplo, a remoção ocorrerá sem ônus para a administração pública e dependerá de requerimento das partes interessadas, com a anuência das autoridades superiores previstas na legislação pertinente.” A hipótese de ocorrência de remoção descrita no excerto anterior é denominada:

- A) Remoção a pedido. C) Remoção por permuta.
B) Remoção *ex officio*. D) Remoção por motivo de saúde.

48

Determinado servidor ocupante do cargo de agente penitenciário comete delito punível com prisão. À luz das prerrogativas e garantias salvaguardadas pelo Estatuto da Carreira, é INCORRETO afirmar que

- A) não será preso senão por ordem judicial.
B) receberá tratamento compatível com o cargo desempenhado.
C) cumprirá pena, até o trânsito em julgado da sentença, separado dos demais condenados.
D) deverá ser recolhido em dependência ou sala especial quando sujeito a qualquer modalidade de prisão provisória.

49

NÃO é vedado ao agente penitenciário:

- A) Cobrar carceragem, custas e emolumentos.
B) Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
C) Atuar como procurador junto a repartições públicas quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge.
D) Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

50

Acerca das penas disciplinares aplicáveis ao agente penitenciário, segundo seu Estatuto, associe adequadamente.

1 – Advertência	2 – Suspensão	3 – Demissão
-----------------	---------------	--------------

- () Aplicar de forma irregular dinheiro público.
() Ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do chefe imediato.
() Recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente.
() Permutar horário de serviço ou a execução de tarefas, sem expressa permissão da autoridade competente.

Consoante o Estatuto da Carreira, a correta correlação entre a descrição dos atos passíveis de punição e os códigos apresentados, na ordem em que são apresentados, é:

- A) 2, 2, 3, 1. B) 2, 1, 3, 2. C) 3, 2, 1, 1. D) 3, 1, 2, 1.

O trecho a seguir contextualiza as questões de 51 a 55. Leia-o atentamente.

“As questões a seguir são baseadas nas disposições da Lei Complementar Estadual nº 122, de 30 de junho de 1994 (e suas alterações posteriores), que dispõe sobre o Regime Jurídico único dos servidores públicos civis do Estado e das autarquias e fundações públicas estaduais, institui o respectivo Estatuto e dá outras providências.”

51

O processo disciplinar destina-se à apuração da responsabilidade de servidor público por infração praticada no exercício de suas atribuições ou com estas relacionadas. A fase do processo que é formalizada em termo lavrado pela comissão processante, após a publicação do ato que a constituiu, denomina-se:

- A) Defesa. B) Inquérito. C) Instauração. D) Julgamento.

52

A linha do tempo a seguir ilustra o resumo de uma das formas de provimento de cargo de carreira ou isolado, de provimento efetivo, que depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.



De acordo com a sistemática legal prevista, os atos 1 e 2 podem ser substituídos corretamente e respectivamente pelos seguintes termos:

- A) Lotação / Posse. C) Nomeação / Posse.
B) Posse / Nomeação. D) Estágio Probatório / Nomeação.

53

Acerca das formas de preenchimento de cargo público normatizadas no Estatuto dos Servidores do Estado (Lei Complementar nº 122, de 30 de junho de 1994) correlacione a sequência de códigos às assertivas a seguir.

1 – Nomeação	2 – Reintegração	3 – Readaptação	4 – Reversão	5 – Recondução
--------------	------------------	-----------------	--------------	----------------

- () Retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
() Faz-se em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado ou de carreira.
() É o retorno de servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, ou ao resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
() Sendo inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo, o servidor estável retornará ao cargo anteriormente ocupado.
() Trata-se da investidura de servidor, ocupante de cargo efetivo, em outro cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção de saúde.

A sequência está correta em

- A) 4, 1, 2, 5, 3. B) 3, 2, 4, 1, 5. C) 2, 1, 4, 5, 3. D) 5, 4, 2, 3, 1.

54

A autoridade administrativa que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração, mediante sindicância ou processo administrativo. Quanto ao procedimento do processo administrativo disciplinar, é INCORRETO afirmar que

- A) quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora pode, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.
B) caracterizada a infração disciplinar, é formulada a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados, das normas infringidas e das provas em que se fundamenta a imputação.
C) a simples alegação de injustiça da penalidade constitui fundamento para sua revisão, vez que o processo obedece ao princípio do contraditório, assegurada a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.
D) a sindicância é instaurada como preliminar do processo administrativo disciplinar, para confirmação da irregularidade e indicação do seu autor, ou como fundamento para a aplicação de penalidade de advertência ou de suspensão até trinta dias.

60

No campo do exercício ético da profissão de agente penitenciário, deve-se esperar do agente público, EXCETO:

- A) Decoro para com os superiores hierárquicos.
- B) Respeito aos direitos fundamentais dos detentos.
- C) Temeridade no exercício das atividades cotidianas.
- D) Hombridade com os visitantes e parentes dos detentos.

INFORMÁTICA

61

Considere as seguintes afirmativas sobre teclas de atalho no Sistema Operacional *Microsoft Windows 10* (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil).

- I. F6 é utilizado para renomear o item selecionado.
- II. Ctrl+Esc é utilizado para abrir o gerenciador de tarefas.
- III. Alt+Enter é utilizado para exibir as propriedades do item selecionado.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) II e III.

62

Utilizando o *prompt* de comandos do MS-DOS, um usuário digitou o seguinte comando:

```
C:\Arquivos de Programas RFB\IRPF2017>dir /w
```

Pode-se afirmar que o resultado da execução do comando será:

- A) A modificação do diretório "C:\Arquivos de Programas RFB\IRPF2017" para um diretório superior.
- B) A modificação do diretório "C:\Arquivos de Programas RFB\IRPF2017" para um diretório inferior que não contenha arquivos ocultos.
- C) A listagem dos arquivos e diretórios existentes em "C:\Arquivos de Programas RFB\IRPF2017" organizados visualmente na posição horizontal.
- D) A listagem dos arquivos e diretórios existentes em "C:\Arquivos de Programas RFB\IRPF2017" organizados visualmente na posição vertical e com pausas para uma melhor visualização.

63

Considere a planilha produzida com a ferramenta *Microsoft Office Excel 2007* (configuração padrão).

	A	B	C	D	E	F
1	Crime	2014	2015	2016	2017	
2	Furto	5000	6400	6700	6100	
3	Roubo	600	900	400	1000	
4	Homicídio	1400	2000	600	900	
5	Latrocínio	300	400	500	600	
6						
7						

Analise as afirmativas a seguir, marque **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Se na célula A7 for digitada a fórmula =MÉDIASE(B4:D4;">1000"), o resultado apresentado será 1225.
- () Se na célula B7 for digitada a fórmula =ARRED(((C3-B3)/7);2), o resultado apresentado será 42,86.
- () Se na célula C7 for digitada a fórmula =SE((B4+C4)<B2;POTÊNCIA(B5;2);(D5-E5)), o resultado apresentado será 90.000.
- () Se na célula D7 for digitada a fórmula =SE(NÃO(B3>C3);"SIM";"NÃO"), o resultado apresentado será NÃO.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) V, F, V, F.
- C) F, V, V, F.
- D) F, F, V, V.

64

Na guia Início da ferramenta *Microsoft Office Word 2007* (configuração padrão), estão localizadas as principais funções de formatação do editor de textos. É **INCORRETO** afirmar que o recurso

- A) limpar formatação está localizado no grupo Estilo.
- B) diminuir recuo está localizado no grupo Parágrafo.
- C) cor do realce do texto está localizado no grupo Fonte.
- D) formatar pincel está localizado no grupo Área de Transferência.

65

Analise as seguintes afirmativas sobre a ferramenta *Microsoft Office Excel 2007* (configuração padrão).

- I. O assistente para criação de tabelas dinâmicas está disponível no grupo Tabelas da guia Dados.
- II. O recurso Proteger Planilha está disponível no grupo Alterações da guia Exibição.
- III. O recurso que permite adicionar formas como retângulos e círculos está disponível no grupo Ilustrações da guia Inserir.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) II e III.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL

66

Segundo a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.
- B) A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.
- C) A Lei de Execuções Penais não aplicar-se-á ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.
- D) Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

67

Segundo a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal. A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade. Esta Comissão deverá ser composta, no mínimo, por dois chefes de serviço e:

- A) Um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social.
- B) Um psicólogo, um assistente social e um enfermeiro.
- C) Um psiquiatra, um assistente social e um enfermeiro.
- D) Um assistente social, um farmacêutico e um psicólogo.

68

No ano de 2012 a Lei de Execução Penal teve incluído um artigo que determina que os determinados condenados serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA – ácido desoxirribonucleico. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. A técnica utilizada deve ser adequada e indolor.
- II. Serão submetidos ao procedimento exclusivamente os condenados por crimes sexuais.
- III. A autoridade policial, federal ou estadual, poderá requerer ao juiz competente, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético.
- IV. A identificação do perfil genético será armazenada em banco de dados sigiloso.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I, III e IV.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.

69

Segundo a Lei de Execução Penal, a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A assistência estende-se ao egresso.
- B) A assistência será material, à saúde, jurídica, sexual, educacional e religiosa.
- C) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.
- D) O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.

70

Nos termos da Lei de Execução Penal, a assistência à saúde do preso e do internado terá caráter

- A) preventivo e compreenderá atendimento médico e farmacêutico.
- B) curativo e compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.
- C) curativo e retributivo e compreenderá atendimento médico, odontológico e psicológico.
- D) preventivo e curativo e compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

71

Estabelece a Lei de Execução Penal que a assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade. NÃO incumbe ao serviço de assistência social:

- A) Conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames.
- B) Apurar a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo.
- C) Promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação.
- D) Acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias.

72

Assinale a alternativa que contenha a descrição condenado que NÃO seria egresso para os efeitos da Lei de Execução Penal:

- A) Fulano de Tal, em suspensão condicional da pena.
- B) Fulano de Tal, liberado condicional, durante o período de prova.
- C) Fulano de Tal, liberado condicional, que teve prorrogado o seu período de prova.
- D) Fulano de Tal, liberado definitivo, tendo saído do estabelecimento prisional há seis meses.

73

Sobre as Disposições Gerais que a Lei de Execução Penal estabelece quanto ao Trabalho do condenado, analise as afirmativas a seguir.

- I. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.
- II. Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.
- III. O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- IV. As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

74

Sobre o tratamento que a Lei de Execução Penal dá ao Trabalho Externo, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A prestação de trabalho à entidade privada independe do consentimento expresso do preso.
- B) A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de um sexto da pena.
- C) Revogar-se-á a autorização de trabalho externo ao preso que vier a praticar fato definido como crime, for punido por falta grave, ou tiver comportamento contrário aos requisitos estabelecidos neste artigo.
- D) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

75

Segundo a Lei de Execução Penal, cumpre ao condenado, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da pena. Sobre os deveres dos presos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Urbanidade e respeito no trato com os demais condenados.
- II. Indenização à vítima ou aos seus sucessores.
- III. Conservação dos objetos de uso pessoal.
- IV. Indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV. B) I e II, apenas. C) III e IV, apenas. D) I, II e III, apenas.

76

A Lei de Execução Penal impõe a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios. Sobre o tema, é possível dizer que NÃO constitui direito do preso:

- A) Chamamento nominal.
- B) Submissão à sanção disciplinar imposta.
- C) Atribuição de trabalho e sua remuneração.
- D) Audiência especial com o diretor do estabelecimento.

77

Sobre as disposições gerais que a Lei de Execução Penal estabelece quanto à disciplina, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É vedado o emprego de cela escura.
- B) São permitidas as sanções coletivas.
- C) As sanções não poderão colocar em perigo a integridade física e moral do condenado.
- D) Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.

78

“Segundo a Lei de Execução Penal, as faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves. A legislação local especificará as _____, bem assim as respectivas sanções. Pune-se a tentativa com a sanção correspondente _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) médias e leves / à falta consumada
- B) leves / à metade da falta consumada
- C) médias / a um terço da falta consumada
- D) graves, médias e leves / a um quarto da falta consumada

79

Assinale, a seguir, a alternativa que contenha uma característica INCORRETA do regime disciplinar diferenciado.

- A) Recolhimento em cela individual.
- B) O preso terá direito à saída da cela por duas horas semanais para banho de sol.
- C) Visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas.
- D) Duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.

80

Estatui a Lei de Execução Penal que as recompensas têm em vista o bom comportamento reconhecido em favor do condenado, de sua colaboração com a disciplina e de sua dedicação ao trabalho. São recompensas:

- A) O elogio e a concessão de regalias.
- B) O elogio e a autorização de trabalho interno.
- C) A concessão de regalias e a constituição de pecúlio.
- D) A constituição de pecúlio e a autorização de trabalho interno.

CONCURSO PÚBLICO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

internacional no segundo uísque a fim de conversar com amigo ou amiga; quem coleciona pedras, garrafas e galhos ressequidos; quem passa mais de dez minutos a fazer mágicas para as crianças; quem guarda as cartas do noivado com uma fita; quem sabe construir uma boa fogueira; quem entra em delicado transe diante dos velhos troncos, dos musgos e dos liquens; quem procura decifrar no desenho da madeira o hieróglifo da existência; quem não se acanha de achar o pôr-do-sol uma perfeição; quem se desata em sorriso à visão de uma cascata; quem leva a sério os transatlânticos que passam; quem visita sozinho os lugares onde já foi feliz ou infeliz; quem de repente liberta os pássaros do viveiro; quem sente pena da pessoa amada e não sabe explicar o motivo; quem julga adivinhar o pensamento do cavalo; todos eles são presidiários da ternura e andarão por toda a parte acorrentados, atados aos pequenos amores da armadilha terrestre.

(CAMPOS, Paulo Mendes. *O anjo bêbado*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1969.)

86

Acerca da estrutura textual é possível afirmar que

- A) o narrador surpreende pela objetividade com que trata os fatos apresentados.
- B) por meio da exposição de fatos, a progressão textual é comprometida propositalmente.
- C) por meio da narrativa, o texto produz um efeito de “estranhamento” a partir de marcas subjetivas.
- D) o tema abordado é explorado a partir da exposição de fatos e dinâmica narrativa, predominantemente.

87

“[...] todos eles são presidiários da ternura e andarão por toda a parte acorrentados, atados aos pequenos amores da armadilha terrestre.” O fragmento destacado anteriormente promove, no contexto,

- A) a compreensão do sentido das sequências anteriores.
- B) uma quebra de expectativa causando surpresa ao leitor.
- C) a continuidade do mesmo procedimento estrutural anterior.
- D) uma segmentação do texto de caráter opositivo aos fatos anteriores.

88

Em relação ao conto de Paulo Mendes Campos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O cotidiano é apresentado sob uma nova perspectiva, saindo do comum, do habitual.
- II. A subjetividade característica do gênero textual apresentado é reforçada, também, pela escolha do campo semântico utilizado no texto.
- III. O tema abordado é constituído a partir de elementos descritivos que compõem um cenário em que o próprio leitor pode se reconhecer, tendo em vista a universalidade da matéria tratada.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) II e III.

89

De acordo com as normas da linguagem padrão, assinale a afirmativa correta.

- A) Em substituição a “*se lhes dera de presente*” é facultativo o emprego de “*se lhes deram de presente*”.
- B) Com as devidas adequações, a substituição de “*quem manda livros aos presidiários*” por “*quem lhes manda livros*” estaria correta.
- C) Em “[...] *quem segura sem temor uma lagartixa e lhe faz [...]*”, a substituição de “*lagartixa*” por “*lagartixas*” provoca a alteração para o plural da forma verbal “*faz*”.
- D) A substituição das ocorrências de “*quem*” por “*aquele que*” exigiria o uso do acento grave indicativo de crase em função da regência verbal, resultando em “*àquele que*”.

90

Algumas imagens produzidas no texto, utilizando termos como “*acorrentados*”, “*presidiários*”, “*atados*” e “*armadilha*” demonstram:

- A) Repetitividade para que haja reconhecimento da ideia desenvolvida.
- B) Uma produtividade metonímica em que ocorre uma síntese na identificação dos elementos.
- C) O uso de metáforas como recurso de expressão que permite a projeção de determinadas analogias.
- D) Um efeito expressivo que conduz o leitor a uma conclusão de que há um valor negativo, segundo o ponto de vista narrativo em relação aos fatos apresentados.

Texto para responder às questões de 91 a 100.

Sobre o ouvir

O ato de ouvir exige humildade de quem ouve. E a humildade está nisso: saber, não com a cabeça mas com o coração, que é possível que o outro veja mundos que nós não vemos. Mas isso, admitir que o outro vê coisas que nós não vemos, implica reconhecer que somos meio cegos... Vemos pouco, vemos torto, vemos errado.

Bernardo Soares diz que aquilo que vemos é aquilo que somos. Assim, para sair do círculo fechado de nós mesmos, em que só vemos nosso próprio rosto refletido nas coisas, é preciso que nos coloquemos fora de nós mesmos. Não somos o umbigo do mundo. E isso é muito difícil: reconhecer que não somos o umbigo do mundo!

Para se ouvir de verdade, isso é, para nos colocarmos dentro do mundo do outro, é preciso colocar entre parêntesis, ainda que provisoriamente, as nossas opiniões. Minhas opiniões! É claro que eu acredito que as minhas opiniões são a expressão da verdade. Se eu não acreditasse na verdade daquilo que penso, trocaria meus pensamentos por outros. E se falo é para fazer com que aquele que me ouve acredite em mim, troque os seus pensamentos pelos meus.

É norma de boa educação ficar em silêncio enquanto o outro fala. Mas esse silêncio não é verdadeiro. É apenas um tempo de espera: estou esperando que ele termine de falar para que eu, então, diga a verdade. A prova disto está no seguinte: se levo a sério o que o outro está dizendo, que é diferente do que penso, depois de terminada a sua fala eu ficaria em silêncio, para ruminar aquilo que ele disse, que me é estranho.

Mas isso jamais acontece. A resposta vem sempre rápida e imediata. A resposta rápida quer dizer: “Não preciso ouvi-lo. Basta que eu me ouça a mim mesmo. Não vou perder tempo ruminando o que você disse. Aquilo que você disse não é o que eu diria, portanto está errado...”.

(ALVES, Rubem. Sobre o ouvir. Ostra feliz não faz pérola. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.)

91

Acerca das ideias trazidas ao texto pode-se afirmar que:

- A) É necessário que o outro reconheça o que somos para que ele seja compreendido.
- B) A visão do outro é diferente da nossa, de modo que aquilo que o outro enxerga podemos ver, mas sob outra perspectiva.
- C) Sair de si mesmo é condição fundamental para que a visão que possuímos sobre as coisas seja ampliada ou até mesmo modificada.
- D) Para que a nossa visão seja ampliada, todo o entendimento prévio deve ser reputado como nada, para a partir daí estabelecermos novos paradigmas.

92

“E a humildade está nisso: saber, não com a cabeça mas com o coração, que é possível que o outro veja mundos que nós não vemos.” (1º§) O período anterior é composto de orações cuja classificação sintática as distingue umas das outras. A oração “que o outro veja mundos” possui a mesma classificação sintática da oração destacada em:

- A) É indiscutível que sua situação seja lastimável.
- B) Espero apenas isso: que mudes teus conceitos.
- C) Desejo que sua recuperação seja breve e satisfatória.
- D) Creio que sua regeneração está mais próxima do que pensam.

93

O autor afirma que há uma necessidade de que reconheçamos “que não somos o umbigo do mundo”. Acerca da expressão empregada pelo autor pode-se afirmar que

- A) há uma referência à palavra “mundo” que revela um juízo de valor de forma ostensiva e valorativamente negativa.
- B) é possível reconhecer o efeito conotativo empregado com o objetivo de traduzir um posicionamento do enunciador.
- C) Independente da situação comunicativa, os termos “umbigo” e “mundo” apresentam conceitos e sentidos imutáveis.
- D) a referenciação jocosa do termo “umbigo” associado a “mundo” permite-nos concluir que o autor faz um alerta à sociedade.

94

Sabendo-se que a coesão “ajuda a perceber a coerência na compreensão dos textos” (Koch; Travaglia, 1997), pode-se afirmar que em “*E a humildade está nisso: saber, não com a cabeça mas com o coração, que é possível que o outro veja mundos que nós não vemos. Mas isso, admitir que o outro vê coisas que nós não vemos, implica reconhecer que somos meio cegos...*” (1º§)

- A) As duas ocorrências do vocábulo “isso” possuem o mesmo referente e, deste modo, a mesma função.
- B) O processo de recorrência poderia ser intensificado acrescentando-se a expressão “ainda que” antes de “não com a cabeça”.
- C) A retomada através do termo “nisso” demonstra a progressão textual, retomando a informação trazida anteriormente.
- D) A partir do emprego do pronome “isso” é possível estabelecer conexões textuais em que funções diferentes contribuem para a progressão textual.

95

Tendo em vista o foco narrativo do texto, pode-se afirmar que

- A) a imparcialidade é fator fundamental para que o texto seja impregnado pelo ponto de vista do autor.
- B) as entrelinhas do texto demonstram uma imparcialidade parcial do autor em relação ao assunto apresentado.
- C) os fatos são relatados e descritos sem que haja a intenção de influenciar o leitor com observações ou opiniões, mas apenas de apresentá-las.
- D) é marcado por características subjetivas, opiniões em relação aos fatos, unindo-se o autor aos leitores em determinadas afirmações.

96

Existem palavras que possuem regras diferentes quanto à concordância de acordo com a classe gramatical a qual pertencem como ocorre com o termo “meio” em “*implica reconhecer que somos meio cegos...*”. A concordância gramatical só NÃO está correta em:

- A) A despesa com este projeto está cada vez mais caro, não havia tal previsão.
- B) Digo que aquelas pessoas são bastante cuidadosas em relação ao trabalho que executam cotidianamente.
- C) Foi um evento em que conheci bastantes pessoas cujo contato foi providencial para futuros planejamentos.
- D) Nunca disse que tal trabalho custaria barato, pelo contrário, exige disponibilidade para grandes investimentos.

97

A respeito da referência à fala de Bernardo Soares, no 2º§, pode-se afirmar que

- A) constitui o desenvolvimento da principal ideia apresentada no texto.
- B) reflete a diversidade de recursos e estilos linguísticos utilizados pelo autor em seu texto.
- C) mostra a expressão de uma determinada ideia conceitual, a partir da qual o texto terá uma sequência lógica.
- D) é considerada uma contra argumentação em relação às ideias expressas pelo autor acerca de seu posicionamento.

98

“*Para se ouvir de verdade, isso é, para nos colocarmos dentro do mundo do outro, é preciso colocar entre parêntesis, ainda que provisoriamente, as nossas opiniões.*” (3º§) Em relação ao trecho destacado anteriormente, pode-se afirmar que as correções linguística e semântica estão preservadas na reescrita:

- A) Para se ouvir de verdade, para nos colocarmos dentro do mundo do outro, é preciso colocar entre parêntesis nossos juízos, ainda que provisoriamente.
- B) Para: ouvir de verdade, colocarmos dentro do mundo do outro; é preciso colocarmos entre parêntesis, ainda que provisoriamente, as nossas opiniões.
- C) Para nos colocarmos dentro do mundo, do outro, para se ouvir de verdade, isso é, precisa-se colocar entre parêntesis, ainda que provisoriamente, nossos conceitos.
- D) Para ouvir de verdade – deste modo –, para nos colocar dentro do mundo do outro, é preciso colocar entre parêntesis, ainda que temporariamente, as nossas opiniões.

99

No 2º§, após a referência à fala de Bernardo Soares, um novo período é iniciado com o vocábulo “*assim*” cuja produção de sentido reflete:

- A) Ideia de acréscimo.
- B) Ideia de conclusão lógica.
- C) Explicação, a razão do fato.
- D) Ressalva que indica compensação.

100

As formas verbais “*acreditasse*” e “*trocaria*” em “*Se eu não acreditasse na verdade daquilo que penso, trocaria meus pensamentos por outros. E se falo é para fazer com que aquele que me ouve acredite em mim, troque os seus pensamentos pelos meus.*” (3º§) mesmo pertencendo a tempos e modos verbais diferentes,

- A) pertencem cronologicamente ao passado, tendo seu uso favorecido no discurso narrativo.
- B) situam os fatos num intervalo de tempo do qual faz parte o próprio momento da enunciação.
- C) representam fatos como não concluídos e os situam num intervalo de tempo relativo a um universo hipotético.
- D) estão associados com o aspecto concluso do processo, visto como consumado no momento da enunciação verbal.

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta feita de material transparente.
2. Não é permitida, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculos, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação. Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como *ipod*, *smartphone*, telefone celular, agenda eletrônica, aparelhos MP3, *notebook*, *tablets*, *palmtop*, *pen drive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha.
3. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
4. A duração da prova é de 5 (cinco) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Prova e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito).
5. O Caderno de Prova consta de 100 (cem) questões. Leia-o atentamente.
6. **As questões da prova objetiva são do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.**
7. Com vistas à garantia da isonomia e lisura desse certame, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
8. Os candidatos que possuam cabelos longos deverão prendê-los, deixando as orelhas à mostra. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.
9. Ao receber o material de realização da prova, o candidato deverá conferir atentamente o Caderno de Prova, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) que lhe foi fornecido estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
10. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
11. O candidato somente poderá levar consigo o caderno de questões, ao final da prova, se isto ocorrer nos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova escrita objetiva de múltipla escolha por, no mínimo, 3 (três) horas após o seu início.
12. Os três últimos candidatos ao terminarem as provas deverão permanecer juntos no recinto, sendo somente liberados após os três terem entregado o material utilizado, terem seus nomes registrados em ata e estabelecidas suas respectivas assinaturas.

RESULTADOS E RECURSOS

- O gabarito oficial preliminar da prova escrita objetiva de múltipla escolha será divulgado na *internet*, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, a partir das 21h00min do dia de sua realização.
- O candidato que desejar interpor recursos contra o gabarito oficial preliminar da prova escrita objetiva de múltipla escolha disporá de 2 (dois) dias úteis para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação desses gabaritos, ou seja, de 0h00min do dia 17 de julho de 2017 até as 23h59min do dia 18 de julho de 2017, ininterruptamente, observado o horário oficial do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do *site* www.idecan.org.br.